



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

2.º	PUBLICADO NO D. O. V.
C	De 08/06/95
C	Rubrica

Processo no 10880.023070/91-97

Sessão de : 23 de agosto de 1994 Acórdão no 203-01.649
Recurso no: 96.241
Recorrente: INTERCOFFEE COMERCIAL E AGRO PASTORIL LTDA.
Recorrida: DRF em Bauru - SP

PROCESSO FISCAL - PRAZOS - REVELIA - A impugnação protocolizada a destempo, descumprindo o disposto na legislação de competência - arts. 14 e 15 do Decreto nº 70.235/72 - autoriza a providência disposta no art. 21 do citado diploma legal.
Recurso não conhecido por falta de objeto.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por INTERCOFFEE COMERCIAL E AGRO PASTORIL LTDA.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, por falta de objeto, em face da intempestividade da impugnação.** Ausentes os Conselheiros Mauro Wasilewski e Sebastião Borges Taquary.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1994.

Osvaldo José de Souza - Presidente

Maria Thereza Vasconcelos de Almeida - Relatora

Maria Vanda Diniz Barreira - Procuradora-Representante da Fazenda Nacional

VISTA EM SESSÃO DE 11 NOV 1994

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Ricardo Leite Rodrigues, Sérgio Afanásieff, Tiberany Ferraz dos Santos e Celso Angelo Lisboa Gallucci.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo no. 10880.023070/91-97

Recurso No: 96.241

Acórdão No: 203-01.649

Recorrente: INTERCOFFEE COMERCIAL E AGRO PASTORIL LTDA.

R E L A T O R I O

A empresa epigrafada nos autos recorre a este Colegiado de decisão contrária, em processo administrativo impugnatório da cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural-ITR (fls. 02/03).

Referente a cobrança fiscal, a propriedade denominada Fazenda Monte Belo.

Para fundamentar o pleito, alega, na peça de defesa apresentada (fls. 01), que a documentação necessária à arrecadação do imposto menciona a existência de débitos anteriores, o que não corresponde à verdade dos fatos, vez que o valor atribuído ao exercício de 1989 foi pago na data aprazada, conforme atesta a cópia anexada a fls. 04.

Diante do exposto, argumenta achar-se perfeitamente apta ao gozo das reduções previstas na legislação vigente, quanto ao pagamento aqui discutido, incidente ao exercício de 1990.

Na Informação Técnica de fls. 11, a autoridade competente, no item 04, constata a não-existência de débito referente ao imóvel rural sob exame, entendendo ser procedente a reclamação da interessada.

A fls. 13, o julgador monocrático, baseando-se no aviso de recebimento acostado aos autos a fls. 02, comprovante do recolhimento da Notificação do ITR/90 (fls. 03), pela empresa em 02/04/91, com vencimento expresso ou alternativa para contestação aprazada em 26/04/91, registra o fato de que somente em 15/08/91 foi apresentada a defesa.

Assim sendo, a autoridade de primeira instância não conheceu da peça impugnatória, assinalando sua intempestividade.

Inobstante a decisão exarada pela repartição fiscal, a reclamante inconformada, interpôs o Recurso voluntário ora sob exame.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo no 10880.023070/91-97
Acórdão no 203-01.649

Na peça recursal (fls. 20/21), reporta-se à Informação Técnica do INCRA, lembrando ter juntado, quando da impugnação, atestado de quitação do exercício anterior na data certa. Inexiste, assim, obstáculo, a seu ver, para a redução pretendida.

Requer expedição de nova notificação da forma que considera ser correta, trazendo a redução tratada nos arts. 8º a 1º do Decreto no 84.685/80, vez que cumprida obrigação fiscal na data prevista, conforme prova anteriormente juntada.

E o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo no 10880.023070/91-97

Acórdão no 203-01.649

245

VOTO DA CONSELHEIRA-RELATORA
MARIA THEREZA VASCONCELLOS DE ALMEIDA

Na Decisão proferida, a autoridade julgadora de primeira instância registra e considera, de forma correta, alias, óbice intransponível, o fato de que, tendo recebido a notificação de fls. 03 em 02/04/91, conforme Aviso de Re却bimento de fls. 02, somente em 15/08/91, interpôs a interessada, a impugnação em que se defende.

De ressaltar, da mesma forma, que o prazo estipulado de hábito na notificação aludida para que a contribuinte quite o débito ou traga as razões de não fazê-lo, esgotou-se em 26/04/91, em data bem anterior, pois.

Assim sendo, o julgador monocrático opinou pelo não-conhecimento da peça exordial, ao considerá-la intempestiva. Provada nos autos tal assertiva, dela não se pode duvidar. O dispositivo legal atinente, Decreto no 70.235/72, em seus arts. 14 e 15, é claro ao preconizar a instauração da fase litigiosa em consonância aos requisitos expressos. Tal não ocorrendo, segue o processo administrativo, conforme o preceituado no art. 21 do citado Decreto.

Nesmo concordando com o exposto, não é de se olvidar que fato mais importante se sobrepõe no caso em tela.

O documento trazido pela interessada a fls. 04 atesta, inequivocamente, o pagamento da exigência tributária referente a 1989 no prazo correto, não existindo, assim, débito a registrar na notificação subseqüente, relativa a 1990.

Não obstante a falta de objeto pela defesa protocolizada a destempo, também é indubitável que o documento supracitado poderia ser apreciado pela fiscalização. Isto é inquestionável e cabe aqui o registro. A contribuinte assegurou seu direito ao efetuar a quitação na data aprazada. Trata-se de matéria de fato; aplicar-se-iam, aqui, as prescrições trazidas no art. 149, inciso VIII, com remissão pertinente ao art. 145, inciso III, do Código Tributário Nacional.

A atribuição é compatível tão-somente à autoridade a quo, conforme se depreende da leitura dos citados instrumentos legais. No entanto, a autoridade fiscal abstiver-se da apreciação detalhada acima.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo no 10880.023070/91-97

Acórdão no 203-01.649

246

Com o reparo feito e registrando a relevância que o caso requer, considero não haver o que apreciar no presente Recurso, vez que não há lide a julgar.

A decisão recorrida é nula e não produz efeito algum e, assim, diante das circunstâncias, por falta de objeto, não tomo conhecimento da peça recursal interposta.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1994.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Maria Thereza O. de Almeida". Below the signature, the name "MARIA THEREZA VASCONCELLOS DE ALMEIDA" is printed in a smaller, sans-serif font.